

Império do Moderno, Império do Sentido

ISABEL LEAL (*)

1. Todos os impérios são efémeros. Ainda que esse efémero dure séculos, um dia os impérios começam a desmoronar-se, arrastam lentamente os sinais de estagnação, iniciam depois o ciclo da decadência e terminam finalmente a agonia deixando no lastro memórias, monólitos e pedras angulares, páginas de história e um imaginário grandioso que recorda a ascensão e apogeu, e, às vezes, por excepção, a queda do império.

Como de costume, aprendemos pouco com a história. Achamos que esta não se repete, que Idade Média só há uma, que os retrocessos não são possíveis, que não existem Apocalipses nem Harmagedons. Agarramos no que é conhecido e quotidiano e generalizamos como indefectível, prestamos pouca atenção aos sinais do tempo ou integramo-los descuidadamente como se eles não comportassem a mais ténue referência de revelação.

A partir daí repetimos, repetimos sempre, convictamente, sem nenhum esforço de perlaboração. Sem nenhuma tentativa de reformulação dos nossos conflitos ou dos nossos nós cegos, repetimos como defesa, procuramos os indícios que nos permitem mantê-los e usá-los e tornamo-nos todos resistentes sem dar por isso, sobreviventes mesmo, daquilo que se passa à nossa volta.

Esquecemo-nos, sem ser por mal, que nos organizámos todos enquanto seres humanos, apenas e só, com aquilo que a cultura nos disponibiliza num certo momento histórico. E,

por isso, essa organização nunca é «como deve ser», como seria desejável, mas tão só como é possível.

E o campo de possibilidades se é múltiplo em termos planetários, é francamente restrito se pensarmos num indivíduo de cada vez.

Vêm estas considerações a propósito da queda de um império, do desmoronar de um sistema em que a maioria de nós (nós portugueses, hoje, periferia da Europa e receptáculo absorvente de todos os sincretismos em expansão) foi criado, moldado, e que portanto vive em nós egossintonicamente: O IMPÉRIO DO MODERNO.

2. A época assumiu como valores: a produção e a revolução. Criou o «Homo Politicus», a necessidade de busca e originalidade, o imperativo do inédito.

Entre 1880 e 1930, o modernismo fez-se. Inventou as vanguardas, as grandes ideias e os grandes sistemas de valor, tudo isso em ruptura com o passado, com as hierarquias, com todas as soberanias sacralizadas.

A modernidade é em si revolucionária. Promove através das suas vanguardas os conceitos de igualdade social, de liberdade económica, política e do saber, centrada na pessoa humana, mas tendo como pano de fundo o colectivo e o social.

Defende a rebelião, o choque, o escândalo, a esperança futurista e o laicismo.

Radicaliza posições: despreza o dinheiro, as convenções e as instituições sociais. Torna-se numa espécie de auto-destruição criadora, que,

(*) Psicóloga. Docente no ISPA.

como lembra Adorno, «se define menos por declarações e manifestos positivos do que por processos de negação sem limites, e que por isso não se poupa a si própria».

Assume a igualdade como conceito político dando-lhe em essência a encarnação do mito da felicidade, assente que está numa antropologia ingénua que é o discurso sobre a necessidade (Baudrillard).

Só que, como lembra Baudrillard, para que a felicidade possa ser veículo da igualdade é necessário que seja mensurável.

Essa mensurabilidade foi encontrada, finalmente, depois da Grande Depressão, no «American Way of Life» e num novo fenómeno que se chama consumo.

O consumo tido como ordem de significações tal como a linguagem ou o sistema de parentesco nas sociedades primitivas.

O consumo, primeiro vedado depois promovido pelos poderes! Curiosamente (ou talvez não) não foram as vanguardas que acabaram por decidir o futuro da modernidade. Foi mais uma vez o capitalismo que engendrou, a partir do princípio da igualdade, o comércio em larga escala, a sociedade de consumo, a indústria do lazer e até, cúmulo do requinte, inventou o crédito e o plástico que afinal nos dizem: «Compre agora e pague depois, viaje agora e pague depois, divirta-se agora e pague depois»; «Seja espontâneo, não adie o seu desejo».

Assim, o modernismo ou a modernidade, que começa por ter como «significação imaginária central» a revolução, acaba por quedar-se no imobilismo do consumo. Razão tinha Baudrillard quando afirmava: «O consumo será apanágio de todos quando já nada significar».

A negação e a revolta deixaram de ser criadoras, transformaram-se em repetições e procedimentos técnicos. A crítica virou retórica e transgressão cerimonial (Paz).

Nenhuma igreja enche como um hipermercado, nenhum comício tem mais participação que um jogo de futebol.

As vanguardas artísticas, políticas, científicas, transformaram-se em formações de compromisso entre o mundo personalizado e o mundo disciplinar. São afinal operadores e mediadores num processo que Bell designou como o «eclipse de distância» que coloca o

espectador no centro do quadro e implica «a destruição do espaço cenográfico euclidiano, profundo e homogéneo, constituído por planos selecionados, por um conteúdo e um continente frente a um espectador imóvel mantido a uma certa distância» (Lipovetsky).

A Fase da Procura do sentido, mesmo onde ele não existe, da atenção à subjectividade «não como a confiança de um Eu mas como a consequência de uma significação social-histórica do indivíduo cuja existência é identificada com a fugacidade e a contradição das experiências imediatas» (Zerffa) está a chegar ao fim: o seu apogeu e início de queda acontece dos anos 60. Maio de 68 é um bom exemplo, Woodstock em 69 outro. O próprio 25 de Abril de 74, em Portugal, está ainda na mesma linha modernista.

Verifiquem, entretanto, que tudo se passa como se o advento de uma lógica aberta, desembocando no indivíduo singular, só tivesse podido surgir enquadrado pela lógica adversa, hierárquica e coerciva que continuava a prevalecer no todo social.

3. Tenho estado a tentar pintar-vos um quadro, um fresco de uma época que para muitos ainda é presente, mas que, para alguns é já passado.

Um fresco sociológico que remete, entretanto, ao nível do individual e do intra-psíquico, para as nossas queridas, boas e velhas estruturas de personalidade neuróticas, tão genitais, tão edipianizadas que até se podem revoltar contra o pai.

Em primeiro lugar porque têm pai, e porque o Pai seja ele Deus, o Chefe, a Pátria, a Família, a Autoridade, representa de algum modo o lugar da coacção, da ordem, da tradição, do poder. Cheios de sorte, têm qualquer coisa contra a qual se revoltar, e porque o inimigo existe a agressividade pode ser dirigida e a culpabilidade é ainda possível.

Podem ainda ter problemas, e esperar resolvê-los, promover crises e serem criativos porque todas as crises comportam o seu quê de criatividade e catarse.

Este fresco, entretanto, é já história. A história da queda do império do sentido.

O sentido para a vida, o sentido para as coisas, as grandes e pequenas realizações tão

pessoais quanto universalistas, tão particulares como holísticas.

Os anos 70 inauguram, entretanto, o esvaziar deste gigantesco e divertido aerostato. Agora a revolução está institucionalizada. É poder. Não está em causa nenhum direito. Quase todos concordam com tudo, já ninguém defende à *séria* a Ordem, a Tradição e a Moral. Os homossexuais têm direito não só a associarem-se como a casarem ou terem os seus próprios municípios. O aborto faz-se em hospitais. O chefe de uma tribo da Amazónia vai, pela mão do cantor da moda, levar porta-a-porta a mensagem do seu direito. Os polícias têm sindicatos e fazem greves, a juventude tem um ministério, as mulheres inundam as universidades, os homens cozinham e ganham em tribunal direito aos filhos, o trabalho infantil é desprezível, os machistas são alvo de risota, as feministas viram ecologistas e defendem os direitos das baleias, a eutanásia está na ordem do dia, a política profissionaliza-se e todas as hierarquias se esbatem: a declaração de um ministro não vale mais do que a telenovela e passa-se sem hierarquia nem contemplações da política às variedades, do teatro de guerra à publicidade ao sabonete.

A audiência é apenas determinada pela quantidade de divertimento.

Desaparecem as grandes causas, as ideias de solidariedade, o egoísmo como fronteira da relação.

Todos têm direito a tudo na esfera do consumo e em particular à sua privacidade, intimidade e liberdade como conceito, desta vez, do individual.

Todos têm direito a um atendimento personalizado, a serem compreendidos na sua subjectividade, a aspirarem à sua realização pessoal.

Mesmo quando, e é esse o caso português, nada disto corresponde a nenhuma realidade, a questão de princípio e de direito não se põe.

4. A esta nova situação chamam, os que sabem, época pós-moderna.

Uma época em que, sem ruptura com a época anterior, se descobre, no entanto, uma descontinuidade histórica, já que se polariza em fenómenos fragmentários, desagregados entre si, e em que a «organização imaginária

central» desliza do social para o individual e se concentra no próprio *self*.

É a época a que Lipovetsky chama «era do vazio» porque sem princípios firmes, sem referências definitivas, sem preocupações partilhadas, não dá para super-egos à moda antiga. «Deus morreu, as grandes finalidades extinguem-se mas toda a gente está a lixar-se para isso». O social é apenas e só o território ocupado pelos indivíduos. Um enorme deserto em que a apoteose do consumo determina que o indivíduo se consuma a si próprio: os seus objectos, a sua imagem, o seu próprio *self*, arvorada agora em umbigo do mundo.

A indiferença sobre o que se passa à volta, substitui a anterior infelicidade. O Futuro não existe, porque não há projectos. A livre expressão, direito de todos, implica o circuito fechado da própria comunicação. Falamos para nos ouvirmos. Quanto mais nos exprimimos menos há que dizer. A forma bate aos pontos qualquer conteúdo e o agir substitui-se ao pensar.

Diz Lipovetsky: «Se o narcisismo é realmente uma estrutura constitutiva da personalidade pós-moderna, teremos que o apreender como a resultante de um processo global que rege o funcionamento social».

À luz disto talvez se perceba porque é que se o conceito de estado-limite é moderno (surge pela primeira vez na literatura em 1880 com Ross, é referido brevemente em 1884 por Hughes, merece algumas considerações a Glover em 1926 e nasce finalmente com Stern em 1938) a sua realidade é pós-moderna.

Não é, seguramente, por acaso que só a partir dos anos 70, em particular com Kernberg nos EUA e Bergeret em França, o SER-LIMITE merece uma atenção especial e uma diferenciação ao nível nosológico, da investigação e da terapêutica.

No SER-LIMITE a tónica é colocada na forma particular dos arranjos do Eu, e, em comum, aquilo que parece definir um carácter limite pode ser grosseiramente sintetizado em três pontos:

- a) os níveis de adaptação social considerada habitualmente como satisfatória;
- b) as relações objectivas simultaneamente

instáveis e anaclíticas e com características de agressividade e impulsividade importantes; c) o risco de depressão e de descompensação em quadros sintomáticos absolutamente amplos em registos que cobrem praticamente todo o espectro psicopatológico conhecido: neurótico, psicótico, caracterial, perverso e psicossomático.

Tanto quanto sabemos, ou julgamos saber, os mecanismos psicodinâmicos dos estados-limite assentam numa prevalência de exigências imanentes de fixações narcísicas importantes.

O essencial dos mecanismos de defesa utilizados é representado por uma intensificação e uma fixação dos processos de clivagem — clivagem do objecto parcial e consequentemente clivagem do Eu.

A questão maior reside, portanto, na incapacidade de realizar uma síntese das introjecções e das identificações positivas (ligadas às pulsões libidinais) e das negativas (ligadas às pulsões agressivas). A clivagem visa com efeito prevenir a generalização da angústia intensa que resulta da introjecção do meu objecto (risco interno de destruição) e a proteger o núcleo do Eu construído à volta das introjecções positivas do bom objecto.

Se é verdade que esta prevalência da clivagem acaba por não permitir a saída habitual para o desenvolvimento tido como normal em direcção à edipianização, instaura, entretanto, reparações maníacas e todas poderosas. Estas são obviamente defesas, no sentido em que visam reparar o objecto de uma maneira tal que nem a culpabilidade nem a perda sejam vividas.

Mas defesas ou não, o facto é que muitas vezes funcionam.

Quer isto dizer que, enquanto compensados

os seres limites, na sua possibilidade de desconhecerem culpabilidades de serem agressivos, de funcionar predominantemente no registo do factual, de ter um Super-Ego de brincar e um ideal do Ego grandioso são os mais adaptados.

Os mais vocacionados para o sucesso, os que melhor desbaratam energias, os que menos se incomodam com os encontros e desencontros da vida, os que menos imaginam e mais realizam.

Claro que há o anaclitismo, mas, tal como dizia Winnicott, à criança, colocada perante o seu objecto transitório, é sempre possível exagerar na sua manipulação afastando assim o receio que esse objecto perca o seu significado.

Afinal há sempre um urso de peluche disponível.

No fundo SER-LIMITE é alguém que toma o transitório pelo definitivo, está adequado ao mundo que estamos a criar e ignora aquela frase de Nietzsche: «Qualquer sentido é preferível à completa ausência de sentido».

BIBLIOGRAFIA

- Baudrillard, J. (1981). *A Sociedade de Consumo*. Lisboa: Edições 70.
- Bergeret, Kernberg et al. (1986). *Narcissisme et états-limites*. Paris: Dunod.
- Lasch, C. (1980). *Le Complexe de Narcisse*. Paris: Baffont.
- Leal, I. (1989). Moribundos e Sobreviventes. *Análise Psicológica*, 4(VIII).
- Lipovetsky, G.. *A Era do Vazio. Ensaio sobre o individualismo contemporâneo*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Kohut, H. (1984). *Self e Narcisismo*. Rio de Janeiro: Zahar.